

TÉCNICAS PARA REDAÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS*

Caroline Gomes Motta¹

Material Instrucional

Faculdades EST

Fevereiro de 2018

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Redigir um bom texto acadêmico, claro, objetivo, coeso e coerente, exige de seu autor ou de sua autora o conhecimento de uma série de recursos da Língua Portuguesa, tais como: articuladores, substituição e referenciação vocabulares, pronominalização, formas e verbos de citações, entre outros. Nesse sentido, Fávero (1997) define coerência e coesão como elementos imprescindíveis para a constituição de textualidade (característica do que é textual), sendo a primeira referente ao *nível macrotextual*, à compreensão global do texto, e a segunda ao *nível microtextual*, às relações estabelecidas pelas palavras em uma sequência textual. Portanto, as frases que constituem o texto devem estar (inter)relacionadas a fim de criar uma sequência lógica e argumentativa para, no caso de artigos científicos, apresentar e compartilhar resultados de pesquisas, em meio acadêmico, de modo a convencer que os resultados obtidos são válidos e confiáveis.

Antes de mais nada, porém, é preciso ter em mente que cada texto, em particular, possui o que Charaudeau denomina como Contrato de Comunicação. Ele afirma que

* Texto revisado por Sabrina de David, Bacharela em Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Contato:

¹ Licenciada em Letras pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos.

[...] comunicar é um ato que surge envolvido em uma dupla aposta ou que parte de uma expectativa concebida por aquele que assume tal ato: (I) o 'sujeito falante' espera que os contratos que está propondo ao outro, sujeito-interpretante, serão por ele bem percebidos e (II) espera também que as estratégias que empregou na comunicação em pauta irão produzir o efeito desejado.²

Ou seja, o autor ou a autora precisa ter conhecimento acerca do local em que seu texto será publicado e quem serão seus possíveis leitores ou suas possíveis leitoras para saber como articular suas ideias. Por exemplo, se alguém escreve um artigo acadêmico sobre educação e teologia e pretende publicá-lo em uma revista sobre educação, precisa supor que seus leitores e suas leitoras talvez não possuam conhecimento aprofundado sobre teologia, então será preciso esclarecer sobre o assunto em alguns pontos do texto, e da mesma forma se fosse a situação contrária. Essa relação do contexto com o texto a ser redigido é que denomina o “contrato” estabelecido.

Outra questão importante ao Contrato de Comunicação do texto é a credibilidade, que se refere diretamente ao conhecimento que o autor ou a autora possui na área para afirmar os resultados de sua pesquisa. Ou seja, no caso do artigo acadêmico, além do fato de o autor ou a autora precisar se identificar com sua titulação (graduado em/graduada em; mestre em/mestra em; doutor em; doutora em), também precisa fundamentar sua teoria com autores ou autoras influentes e relevantes na área de pesquisa, conforme sua temática. Para isso, precisa articular suas ideias com pesquisas anteriores e utilizar mecanismos de citação, técnica que será esclarecida na sequência deste documento.

É, então, com o objetivo de instrumentalizar e orientar discentes, para que tenham competência técnica para redigir artigos científicos com qualidade, que há, nas próximas páginas, esclarecimentos sobre técnicas de redação que fundamentam-se principalmente na obra “Produção textual na Universidade”, de Motta-Roth e

² CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Tradução de Angela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado. 2. ed., 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2014. p. 57.

Hendges³, nas gramáticas de Bechara⁴ e Cegalla⁵, na obra “Análise e produção de Textos” de Giering, Veppo, Moura e Guedes⁶ e na “Política de Justiça de Gênero” da Faculdades EST,⁷ bem como no “Manual para uso não sexista da linguagem” do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.⁸

TÉCNICAS DE REDAÇÃO PARA ARTIGO CIENTÍFICO

Este primeiro tópico está organizado de modo a orientar sobre regras gerais de redação para artigo científico quanto a resumo e introdução, além de serem abordadas questões sobre revisão da literatura e técnicas gramaticais para a inserção de citações ao texto.

O resumo e a introdução

Estruturalmente, os primeiros elementos do artigo científico são o resumo e a introdução. São esses elementos que darão indícios ao leitor ou à leitora de que será proveitosa ou não a leitura do artigo completo. Portanto, é muito importante que esses elementos estejam redigidos de forma clara, objetiva e direta e que indiquem ao leitor ou à leitora o objetivo do estudo, o método de pesquisa, a estrutura do trabalho e a fundamentação teórica que será utilizada.

A revisão da literatura

A revisão da literatura agrega maior credibilidade ao texto, conforme mencionado anteriormente. É preciso ter muito cuidado para que ela não se torne uma “colcha de retalhos”, ou seja, uma sequência não articulada de citações.

³ MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela H. **Produção Textual na Universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

⁴ BECHARA, Evanildo, 1928 – **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme novo Acordo Ortográfico. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

⁵ CEGALLA, Domingos Paschoal. **Nova minigramática da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

⁶ GIERING, Maria Eduarda; VEPPPO, Maria Helena Albé; MOURA, Adila Beatriz Naud de; GUEDES, Rosália. **Análise e produção de Textos**. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

⁷ FACULDADES EST. Política de Justiça de Gênero. **Coisas do gênero**: Revista de estudos feministas em gênero e religião. São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 114-124, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero/article/view/2490/2344>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

⁸ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Políticas para as mulheres. **Manual para o uso não sexista da linguagem**. O que bem se diz bem se entende. Rio Grande do Sul, 2014.

Segundo A,...
Consoante B,...
De acordo com C,...

No quadro acima, há alguns exemplos de introdução de citações por conjunções conformativas. Geralmente, essas conjunções são utilizadas para acrescentar “outras vozes” ao texto, de estudiosos ou estudiosas, além do autor ou da autora. Porém, essas citações precisam dialogar entre si, mediadas por quem produz o texto para que não fiquem desconexas. É importante explicar ao leitor ou à leitora porque aquelas citações foram selecionadas para o texto e qual a relação delas com a pesquisa, isto é, explicar qual foi o raciocínio em vez de simplesmente inserir as citações no texto.

Para garantir que as ideias possuam uma sequência lógica, é preciso fazer uso de articuladores, também chamados de conectores por alguns teóricos. Em termos gramaticais, são articuladores:

- a) conjunções e locuções conjuncionais: além disso; no entanto; conforme; porém; portanto...
- b) advérbios e locuções adverbiais: primeiramente; é evidente que; assim...
- c) preposições: após; desde; perante; sobre...
- d) algumas orações: como se pode verificar...

Segundo Giering, Veppo, Moura e Guedes,⁹ os articuladores estabelecem relações para o encadeamento lógico de ideias, como é possível observar nos exemplos que as autoras apresentam:

- a) relação de adição: e, também, não só... como também; tanto... como..., além de..., além disso, ainda, nem, etc.
- b) relação de oposição: porém, todavia, contudo, no entanto, embora, etc.
- c) relação de condicionalidade (hipótese): se... então, caso... então.

⁹ GIERING; VEPPPO; MOURA; GUEDES, 1999.

- d) relação de causalidade: porque, visto que, já que, uma vez que, pois, etc.
- e) relação de finalidade: para, a fim de¹⁰, para que, etc.
- f) relação de conformidade: conforme, segundo, consoante, de acordo com, para, etc.
- g) relação de temporalidade: quando, logo que, assim que, depois que, no momento em que, enquanto, à medida que, primeiramente, etc.
- h) relação de conclusão: portanto, logo, pois, então, por conseguinte, por isso, assim, dessa forma, por isso, etc.
- i) relação de comparação: tanto (tão)... como, tanto (tão, qual)... quanto, assim como, etc.
- j) relação de disjunção: ou... ou, seja... seja, quer... quer.

Essas relações dos articuladores facilitam para a construção da sequência textual. Autores e autoras devem procurar estabelecer relação das afirmações obtidas a partir das citações com a pesquisa que estará sendo apresentada no texto, utilizando-as como recurso argumentativo:

Se X afirma que "...", então...

Assim, os argumentos de "... " e "... " confirmam que "... "

Os verbos das citações

De acordo com Motta-Roth e Hedges,¹¹ em geral, os verbos de citação podem ser usados em quatro situações:

- a) autoria na posição de sujeito gramatical: **Fulano (2018)** mostra que o desenvolvimento sustentável é eficiente;
- b) autoria como agente do verbo na voz passiva: Esse modelo foi desenvolvido por Fulano (2018);

¹⁰ Cuidado para não confundir "a fim de", relação de finalidade, com "afim de", termo que refere-se a afinidade, interesse.

¹¹ MOTTA-ROTH; HEDGES, 2010.

- c) termo que designa uma classe, podendo ser especificado com citação de autoria que sustente a afirmação: **Vários estudos** na literatura usam modelos similares. Fulano (2018), por exemplo, analisou...
- d) termos referentes ao processo ou produto da pesquisa que substituem o agente (resultados, conclusões): **Resultados de pesquisas recentes** (Fulano, 2018) mostram que o modelo tem ampla aplicabilidade.

Além disso, os verbos de citação e de análise de resultados podem agregar valor argumentativo ao seu texto. Eles podem:

- a) asseverar: pode-se argumentar/dizer/crer que X;
- b) classificar: X pode/talvez possa/poderá ser dividido/classificado em Y;
- c) comparar: tanto X quanto Y são bastante similares quanto a Z;
- d) concordar: conforme X propõe; X fornece evidências de;
- e) contrastar: X difere de Y em relação ao aspecto Z;
- f) demonstrar: X demonstra que;
- g) discordar: X nos leva a crer que Y, porém Z; embora X proponha Y;
- h) generalizar¹²: em termos gerais, na maioria dos casos;
- i) recomendar: recomenda-se/sugere-se que X seja/tenha/faça Y;
- j) validar: X produz evidências para Y.

Portanto, os verbos mencionados acima, auxiliam no sentido que o autor ou a autora pretendem agregar à problemática do texto. Os verbos também podem indicar o grau de certeza de certa afirmação de acordo com seu modo e tempo. Por exemplo, verbos no tempo presente do modo indicativo (pode, deve) não possuem o mesmo peso argumentativo que verbos no tempo futuro do pretérito do modo indicativo (poderia, deveria), pois o primeiro caso indica grau de certeza e o segundo grau de incerteza, sendo mais aconselhado para a indicação de hipóteses.

¹² Lembre que não se deve obter conclusões generalizadas a partir de um resultado específico de pesquisa. Verbos que indicam generalizações devem ser utilizados dentro do campo delimitado da pesquisa.

A paráfrase

Ao acrescentar “outras vozes” ao texto, é possível recorrer às citações diretas e indiretas, ambas devidamente estruturadas conforme as normas técnicas de textos acadêmicos.¹³ A este documento, cabe salientar que a paráfrase, como recurso de citação indireta: “[...] é a reafirmação, **em palavras diferentes**, do **mesmo sentido** de uma obra escrita. Uma paráfrase pode ser uma afirmação geral da ideia de uma obra escrita”.¹⁴ Além disso, ao parafrasear, o autor ou a autora “[...] faz sempre uma interpretação do texto-fonte e, assim, não só o restaura de modo diferente, mas também faz uma interpretação do texto derivado no momento em que o produz como paráfrase”.¹⁵

É muito importante saber o limite entre paráfrase e cópia (plágio). Conforme as citações acima, parafrasear é explicar e reformular determinada teoria de determinado autor ou autora e obra de modo a interpretá-la e articulá-la com a argumentação do texto, nesse caso, do artigo científico, sem desviar do sentido original. Ou seja, parafrasear **NÃO** é inverter a ordem da frase original nem substituir palavras aleatórias dessa frase para que ela não fique idêntica à fonte. Fávero defende que a paráfrase é marcada pela criatividade, não pelo automatismo.¹⁶

IMPORTANTE: Se você acha que não consegue explicar determinada teoria com suas próprias palavras, sugere-se, com veemência, que recorra à citação direta. Tanto na paráfrase quanto na citação direta, é obrigatória a identificação das fontes.

¹³ Para saber mais sobre normas técnicas, sugere-se a leitura do material sobre elaboração de artigo acadêmico, elaborado pelo Prof. Dr. Iuri Andréas Reblin, disponível no site da EST, em Espaço Acadêmico.

¹⁴ BECKSON; GÀNZM, 1965 apud SANT’ANNA, Affonso de Romano. **Paródia, paráfrase & cia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 17.

¹⁵ FÁVERO; URBANO, 1988 apud FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1997. p. 29.

¹⁶ FÁVERO, 1997.

Exemplo de citação direta:

- ✓ Segundo Charaudeau, “não há pergunta relativa à linguagem que seja simples de tratar, mas a que diz respeito à argumentação, talvez seja uma das mais difíceis e uma das mais ardilosas”.¹⁷

Exemplo de paráfrase articulada a um texto sobre o ensino de argumentação em sala de aula:

- ✓ À luz de Charaudeau, pode-se afirmar que planejar aulas sobre argumentação não é uma tarefa fácil, pois se trata de um grande desafio para o professor ou a professora de Língua Portuguesa.¹⁸

O QUE EVITAR NO TEXTO ACADEMICO

Este tópico tem o objetivo de esclarecer sobre erros comuns em textos acadêmicos e como evitá-los, começando por frases fragmentadas, seguidas de erros de paralelismo e repetição de palavras.

Frases fragmentadas

Classifica-se como fragmentada uma frase que é interrompida sem que seu sentido esteja completo. Conforme Moreno e Guedes,¹⁹ para evitar esse tipo de erro, recomenda-se que seja examinada a estrutura gramatical da expressão pontuada como frase completa, de acordo com os exemplos que seguem:

Exemplo 1:

- ✓ Ele pediu transferência para um colégio de quinta categoria.
Esperando assim garantir sua aprovação.

¹⁷ CHARAUDEAU, Patrick. A argumentação talvez não seja o que parece ser. In: GIERING, Maria Eduarda; TEIXEIRA, Marlene. **Investigando a linguagem em uso**. São Leopoldo, Unisinos, 2004. p. 33.

¹⁸ CHARAUDEAU, 2004, p. 33.

¹⁹ MORENO, Cláudio; GUEDES, Paulo Coimbra. **Curso básico de redação**. Porto Alegre: Audipel, 1977. Adaptado por Prof.^a Dr.^a Sabrina Vier, Unisinos.

CORRETO

- ✓ Ele pediu transferência para um colégio de quinta categoria, esperando, assim, garantir sua aprovação.
- ✓ Ele pediu transferência para um colégio de quinta categoria. Esperava, assim, garantir sua aprovação.

A estrutura gramatical básica de uma frase prevê os elementos sujeito + verbo + complemento do verbo, não necessariamente nessa ordem. No exemplo 1, a frase “esperando, assim, garantir sua aprovação” não faz sentido sozinha porque está sem sujeito (quem está esperando?). Para reescrevê-la da maneira correta é possível introduzir a segunda frase, dando sequência à primeira, com o uso de vírgula, transformando-as em uma única frase, ou flexionar o verbo da segunda frase para terceira pessoa do singular (ele), indicando o sujeito para o verbo “esperava”. A segunda opção deve-se ao fato de que o verbo no gerúndio (terminado em NDO, com ideia de ação em andamento) não possui flexão de pessoa, por isso não há indicação de sujeito.

Exemplo 2:

- ✓ O deputado nasceu em Nova Luanda. **Uma pequena cidade do Ceará.**

CORRETO

- ✓ O deputado nasceu em Nova Luanda, uma pequena cidade do Ceará.
- ✓ O deputado nasceu em Nova Luanda. Esta é uma pequena cidade do Ceará.

No exemplo 2, nota-se que há um erro de frase fragmentada porque uma expressão sem verbo e sem o complemento deste verbo foi transformada em frase independente e sem sentido. Neste caso, as melhores opções seriam introduzir a segunda informação à primeira frase com o uso de vírgula (na gramática, esse mecanismo é denominado aposto) ou inserir um termo referente na segunda frase (o pronome demonstrativo “esta” refere-se a “Nova Luanda”). Quanto à primeira opção,

é válido esclarecer que aposto é uma expressão adicional com o fim de especificar ou explicar algum termo da frase, conforme exemplo abaixo:

Exemplo 3:

- ✓ Ana, **uma estudante da EST**, participou do evento.

No exemplo 3, há uma frase completa - Ana (sujeito) + participou (verbo) + do evento (complemento do verbo) – com uma informação adicional - uma estudante da EST. Essa informação extra é o aposto, delimitado pelas vírgulas, que especifica quem é Ana. No exemplo 2, é esse mecanismo que ocorre, pois a expressão “*uma pequena cidade do Ceará*” explica o que é “*Nova Luanda*”. Ou seja, o aposto não prejudica a estrutura gramatical da frase se for omitido, mas pode interferir em seu sentido.

Além dos recursos demonstrados nos exemplos acima, é importante ressaltar que uma frase não deve ser introduzida por *conjunção subordinativa* (pois... porque...) ou *pronome relativo* (que... onde... cuja...).

Erros de paralelismo

Paralelismo refere-se à sequenciação padronizada do texto. Nos exemplos abaixo, há erros de paralelismo quanto a classes gramaticais e tempo verbal:

Exemplo 1:

- ✓ Para escrever uma boa introdução, siga as orientações que seguem:
 - **Redige** de forma simples, direta e objetiva;
 - Escrever pensando em seu leitor ou sua leitora;
 - **Justifica** tua escolha pela temática com critérios cientificamente relevantes;
 - Apresentar o objetivo do seu estudo e a estrutura do seu trabalho.

Para elencar itens, deve-se optar por uma forma única. No exemplo acima, dois itens são introduzidos com verbos flexionados no modo imperativo (verbos de ordem) e dois verbos estão no infinitivo, quando o correto é optar por apenas uma forma para manter o padrão.

Exemplo 2:

- ✓ Quando eu apresentar meus argumentos, eles **ficariam** convencidos.

No exemplo acima, há erro de paralelismo quanto ao tempo verbal. A oração “quando eu apresentar meus argumentos” refere-se ao tempo futuro, enquanto o verbo “ficariam”, na segunda oração, encontra-se no futuro do pretérito do modo indicativo, dando ideia de hipótese. Nesse caso, o correto seria:

- a) adequar o verbo “ficar” ao tempo futuro, concordando com a segunda oração: “*Quando eu apresentar meus argumentos, eles ficarão convencidos*”;
- OU
- b) adequar a primeira oração a um tempo hipotético, concordando com o verbo “ficariam” da segunda oração: “*Se eu apresentasse meus argumentos, eles *ficariam* convencidos*”.

Repetições de palavras

Para evitar repetições de palavras, é possível a utilização recursos como:

- a) sinônimos: o mestrando → o discente → o estudante;
- b) pronomes: Fulano, Fulana → ele/ela; o texto do mestrando → o texto dele ou esse texto;
- c) advérbios: no Brasil → em nosso país.

Tais recursos auxiliam na fluidez do texto, sem que as palavras sejam repetidas sempre que for necessário fazer alusão a elas. Outro recurso que pode ser utilizado para evitar a repetição das palavras é a elipse, ou seja, a omissão de um

referente do texto. Elipses geralmente ocorrem com a conjugação da pessoa do verbo.

Exemplo 1:

- ✓ Diversos estudiosos da linguagem afirmam que X. Assim, [referente omitido] defendem que Y.

O verbo “defender” está conjugado na terceira pessoa do plural (eles), pois se refere a “diversos estudiosos da linguagem”. Tal recurso dá progressão ao texto, conforme o contexto, sem a necessidade de repetição do sujeito.

Exemplo 2:

A **Faculdades EST** é um importante centro de formação e pesquisa no Brasil e um dos mais conceituados da América Latina. **Ela** tem como objetivo geral promover a formação acadêmica e fomentar a pesquisa científica no campo das ciências humanas, sociais aplicadas, linguística, letras, artes e saúde. Visa à capacitação de profissionais qualificados para atuação nos diversos âmbitos socioculturais que demandem conhecimentos especializados nessas áreas.²⁰

No segundo exemplo, tem-se “Faculdades EST” como termo referente, retomado por “ela”, pronome pessoal de terceira pessoa do singular, e pelo verbo “visa”, também conjugado em terceira pessoa do singular, retomando o referente, mas omitindo o sujeito.

Também se pode progredir no texto inserindo novas palavras, sem que sejam necessariamente sinônimos, mas que façam sentido. Esse recurso geralmente é utilizado para apresentar novas informações sobre o referente.

Exemplo 3:

O **Instituto de Ética** da Faculdades EST concentra-se em promover ética teológica, que responda aos desafios contemporâneos em

²⁰ FACULDADES EST. **Apresentação**. Disponível em: <<http://est.edu.br/institucional/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

perspectiva latino-americana, ecumênica e inter-religiosa, prezando pela tradição luterana e cristã.

É um **órgão suplementar** da Faculdades EST, aberto em 2014, com foco em pesquisa, ensino e extensão da ética e de áreas relacionadas, respondendo às necessidades da academia, da igreja e da sociedade. Desde a sua concepção, que teve início em 2006, tem compromisso com a sustentabilidade, e seu prédio conta com geração de energia solar.²¹

No exemplo acima, tem-se a expressão “órgão suplementar” para retomar “Instituto de Ética” ao mesmo tempo em que categoriza o Instituto.

Para finalizar esse tópico, é possível utilizar o último exemplo como revisão dos mecanismos que evitam a repetição de palavras, reforçando a função de elipses e pronomes que auxiliam na progressão referencial para dar fluidez ao texto:

- a) pronomes demonstrativos que substituem: “desde a concepção do Instituto de Ética” por “desde a sua concepção” e “o prédio do Instituto de Ética conta com...” por “seu prédio conta com...”;
- b) pronome relativo “que” que acrescenta a explicação adicional “que teve início em 2006” à frase, evitando que novamente se repita “o Instituto de Ética teve início em 2006”;
- c) a omissão do referente “Instituto de Ética” pela conjugação dos verbos “teve” e “tem” em terceira pessoa do singular (Instituto de Ética = ele).

LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO²²

Discussões acerca de gênero e religião ocorrem, na Faculdades EST, há muitos anos. Quando a instituição foi criada, em 1946, apenas homens possuíam acesso à graduação, porém, alguns anos depois, as mulheres iniciaram seus estudos,

²¹ FACULDADES EST. **Instituto de Ética**. Disponível em: <<http://est.edu.br/conheca-a-est/etica/o-instituto>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

²² Os dados do tópico “Linguagem Inclusiva de Gênero” foram obtidos e sistematizados a partir de entrevista com a coordenação e a assistência de projetos do Programa de Gênero e Religião da Faculdades EST, bem como a partir de pesquisa no site da instituição e pesquisa, em parceria com a mestranda em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Jordana Sivestrin, na época, graduanda em Letras, para estudo de caso acerca de políticas linguísticas no Brasil.

foram conquistando espaço e, com o apoio também de homens a favor dos esforços do movimento feminista, engajaram-se para a criação da Cátedra de Teologia Feminista, em 1990. Desde então, a EST oferece o componente curricular obrigatório “Teologia Feminista” aos estudantes e às estudantes do curso de Bacharelado em Teologia. É importante ressaltar que a criação da Cátedra foi um importante movimento para a visibilidade das mulheres na Igreja, na sociedade e na formação teológica.

Em 1999, foi criado o Núcleo de Pesquisa de Gênero, grupo voltado à pesquisa acadêmica no âmbito da Pós-Graduação que possui uma Política de Justiça de Gênero. Com a reestruturação da EST, criou-se o Programa de Gênero e Religião, herdeiro da Cátedra de Teologia Feminista, órgão voltado ao âmbito institucional que, em 2015, criou a Política de Justiça de Gênero, onde se ressalta a importância da utilização de linguagem inclusiva de gênero.

Antes de comentar acerca dessa política, é importante esclarecer o que é uma política linguística e o que é uma gestão linguística. Spolsky afirma que políticas linguísticas são “fenômenos sociais, dependentes de comportamentos consensuais e das crenças de indivíduos pertencentes a uma comunidade de fala” e que gestão linguística é um “esforço observável e explícito realizado por alguém ou algum grupo que tem ou afirma ter autoridade sobre os participantes de um domínio [espaço social] para modificar suas práticas ou crenças”.²³ Ou seja, para que uma política linguística ocorra de fato é preciso que o grupo social ao qual ela se aplica compartilhe dos mesmos ideais e crenças e, para que ocorra a gestão dessa política, é necessário que alguém, um grupo ou órgão que tenham maior autoridade gerenciem determinada norma ou orientação perante o grupo que representa. No caso em questão, o Programa de Gênero e Religião representa o órgão que, por delegação da Reitoria, possui autoridade para orientar corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo sobre linguagem inclusiva de gênero na EST.

²³ SPOLSKY, Bernard. Para uma teoria de Políticas Linguísticas. Tradução de Paloma Petry. Revisão técnica de Pedro M. Garcez. **ReVEL**, vol. 14, n. 26, 2016.

Segundo Mäder e Severo podem ser implementadas políticas linguísticas de gênero quando “[...] já houver entre os falantes uma certa receptividade em relação a tal alteração e se a mudança gramatical planejada se ajustar a uma mudança sociocultural já em andamento”²⁴. Portanto, é extremamente válida e viável a implementação de uma política que prevê o cuidado, na linguagem falada e escrita, com flexão de gênero na EST, porque a instituição é um local aberto para a discussão sobre gênero e religião, em que um dos valores é o

[...] incentivo à reflexão crítica e criativa que promova o bem-estar humano em todas as suas dimensões; reflexão e prática interdisciplinar que incentive a construção do conhecimento na interface da Teologia com outras áreas do saber; e defesa da justiça social.²⁵

Para melhor exemplificar sobre gestão linguística, seguem abaixo os impactos de discussões acerca de gênero e linguagem na legislação:

Legislação Federal

- ✓ Lei nº 2.749/1956 – para denominação de cargos públicos;
- ✓ Lei da Câmara nº 102/2002 – adendo que altera o artigo 11 da Lei Complementar nº 95/1998 – para redação de disposições normativas;
- ✓ Lei nº 12.605/2012 – para expedição de diplomas e certificados (licenciado e licenciada; bacharel e bacharela; mestre e mestra; doutor e doutora).

²⁴ MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço; SEVERO, Cristine Gorski; "Sexismo e políticas linguísticas de gênero". p. 245-260. In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine Gorski; GÖRSKI, Edair Maria. (Orgs.). **Sociolinguística e Política Linguística: olhares contemporâneos**. São Paulo: Blucher, 2016. p. 245.

²⁵ FACULDADES EST. **Apresentação**. Disponível em: <<http://est.edu.br/institucional/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

No Estado do Rio Grande do Sul

- ✓ Decreto nº 49.994 e 49.995/2012 – a utilização da linguagem inclusiva de gênero nos atos normativos, nos documentos e nas solenidades do Poder Executivo Estadual.
- ✓ Lei nº 14.484/2014 – uso de linguagem inclusiva de gênero no âmbito da Administração Pública Estadual.

A Política de Justiça de Gênero da EST foi impulsionada pela criação de dois documentos oficiais: a Política de Justiça de Gênero da Fundação Luterana Mundial (FLM), em 2013, e o Manual para uso não sexista da linguagem, em 2014. O segundo documento, resultado da parceria entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Secretaria de Políticas para Mulheres, defende que “[...] a língua sempre carrega cargas sociais estruturais que levam a uma inércia difícil de modificar em pouco tempo. Mas é possível gerar ações que incidam na sociedade e na linguagem ao mesmo tempo”²⁶. A partir dessa definição e de reflexão sobre a sociedade em que vivemos, sabe-se que o conservadorismo e o patriarcado são obstáculos para uma mudança do pensamento sobre o “papel” ou o “espaço” da mulher na sociedade, porém, ações que esclareçam sobre a importância desse movimento podem mudar crenças e hábitos. É nessa direção que atua o PGR com a implementação da Política de Justiça de Gênero.

O documento foi construído de maneira democrática. Apoiado pela reitoria, o PGR consultou discentes, docentes e corpo técnico-administrativo, a partir dos quais constituiu uma comissão de representantes de cada grupo para a redação da política, que foi aprovada pelo Conselho Acadêmico e amplamente divulgada entre os grupos envolvidos. Dentre alguns tópicos, o documento prevê princípios estratégicos, sendo um deles a linguagem inclusiva de gênero:

A Faculdade EST assume a linguagem inclusiva de gênero como um **princípio estratégico fundamental para a efetivação da justiça de gênero**. O uso da linguagem inclusiva de gênero será adotado pela instituição tanto na linguagem falada quanto escrita, nos documentos

²⁶ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Políticas para as mulheres. **Manual para o uso não sexista da linguagem**. O que bem se diz bem se entende. Rio Grande do Sul, 2014. p. 41.

institucionais, na produção acadêmica, nos eventos, nas celebrações e atividades diversas, usando-se as palavras que indicam o feminino e o masculino gramatical por extenso. Não será usado o termo 'homem' para referir-se ao conjunto de pessoas, composto de homens e mulheres.²⁷

E como estratégia de implementação, o documento prevê:

Estabelecer, com a Equipe Diretiva, um cronograma de cursos, seminários e oficinas, previsto no calendário da Faculdades EST, sobre linguagem inclusiva de gênero destinado a discentes, docentes, funcionárias e funcionários da instituição. 2. Adotar a linguagem inclusiva de gênero tanto na fala quanto na escrita, nos documentos institucionais, na produção acadêmica, nos eventos, nas celebrações e atividades diversas, **usando-se as palavras que indicam o feminino e o masculino gramatical *por extenso*.**²⁸

Portanto, trata-se de uma ação que objetiva principalmente a justiça de gênero, promovendo a equidade entre as pessoas do sexo feminino e do sexo masculino por intermédio da linguagem. A implementação da política prevê, em qualquer manifestação linguística, escrita ou falada, a marca do feminino e do masculino, por extenso, nos discursos, o que significa que não basta utilizar técnicas como "prezados(as)" ou "prezados/as", é preciso especificar com clareza que o discurso destina-se a homens e mulheres com "prezados e prezadas". Também é importante ressaltar a orientação de que não se deve referir à raça humana com o vocábulo "homem".

Para a utilização na prática, é possível encontrar dicas no "Manual para uso não sexista da linguagem". Na página 48 do documento, há dicas para a utilização do gênero neutro, que é uma das formas para evitar a discriminação na linguagem:

²⁷ FACULDADES EST, 2015.

²⁸ FACULDADES EST, 2015, p. 9.

Aqueles que saibam assinar que o façam no final da aula.	NÃO RECOMENDADO
Quem souber assinar que o faça no final da aula.	RECOMENDADO
Papa pede cuidado especial àqueles que têm fome e sede.	NÃO RECOMENDADO
Papa pede cuidado especial a quem têm fome e sede.	RECOMENDADO
Forte é aquele que acredita.	NÃO RECOMENDADO
Forte é quem acredita.	RECOMENDADO

Figura 1 – Dicas para utilização de gênero neutro
Fonte: Manual para uso não sexista da linguagem²⁹

Conforme o manual,

[...] a linguagem é o principal meio de reprodução dos nossos discursos, seja de forma oral, verbal, escrita ou gestual e, por isso, o que escrevemos ou reproduzimos, deve estar o mais próximo da neutralidade, evitando-se a aplicação sexista da linguagem.³⁰

Sendo assim, tanto a especificação de gênero por extenso quanto à neutralidade são estratégias que evitam discriminação linguística baseada no sexo, atitude denominada sexista. Abaixo, há outras dicas práticas, em que, na última delas, há dois exemplos para utilização de linguagem inclusiva a partir de uma mesma frase:

Redação excludente	Redação inclusiva
Os indígenas terão crédito	A população indígena terá crédito
Os jovens que desejem estudar	A juventude que deseje estudar
Os votantes do Distrito Federal tendem a	O eleitorado do Distrito Federal tende a
Os cidadãos se manifestaram	A cidadania se manifestou
Os gaúchos não querem que	A sociedade gaúcha não quer que
Os interessados em participar	As pessoas interessadas em participar
Os maiores de idade receberão uma	As pessoas maiores receberão uma
Os meninos terão atenção médica	As crianças terão atenção médica, ou As meninas e os meninos terão atenção médica

Figura 2 – Dicas para redação inclusiva
Fonte: Manual para uso não sexista da linguagem³¹

²⁹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Políticas para as mulheres. **Manual para o uso não sexista da linguagem.** O que bem se diz bem se entende. Rio Grande do Sul, 2014. p. 48.

³⁰ RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 13.

³¹ RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 56.

O manual também faz menção à utilização da palavra “presidenta”, vocábulo recentemente introduzido na Língua Portuguesa devido à posse de Dilma Rousseff na Presidência da República. Quanto a isso, a Academia Brasileira de Letras (ABL), se manifestou, a partir da publicação do texto de Sarney (2010), afirmando que tanto “presidente” quanto “presidenta” são vocábulos agora reconhecidos pelos dicionários Aurélio e Houaiss. A regra gramatical prevê que palavras com os sufixos (terminações em) *ente*, *ante* e *inte* são comuns de dois gêneros (dirigente, despachante, ajudante, pedinte, atendente, viajante, estudante...), porém, a língua, por estar constantemente em uso, não é estática e está sempre sofrendo transformações. Entretanto, a ABL declara que a forma tradicional, comum de dois gêneros, não tem caráter discriminatório e que essa especificidade tem mais um peso político que linguístico. O manual orienta para a redação de qualquer informação oficial divulgada e apresenta alguns exemplos, dentre eles os que seguem abaixo:

DOCUMENTO 03

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no Expediente nº 1234, e em conformidade com o (...), nomeia,

- pelo período de um ano, **os membros julgadores**,
- titulares e suplentes das Subseções da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS, a contar de 1º de setembro de 2012, **os abaixo relacionados:**

SUBSEÇÃO I:

Titular	Suplente	Representação
Marcelo...	Maria...	DETRAN
Luiz...	Marcos...	BM
Ana...	Izabel...	AGM

SUBSEÇÃO II:

Titular	Suplente	Representação
Graciela...	Regina...	DETRAN
Sandra...	Jucelia...	BM
Silvana...	Marlene...	FAMURS

Registre-se e publique-se.

ALTERNATIVA AO DOCUMENTO 03

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no Expediente nº 1234, e em conformidade com (...), nomeia,

- pelo período de um ano, **as pessoas que irão julgar os recursos**,
- titulares e suplentes das Subseções da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS, a contar de 1º de setembro de 2012, **conforme segue (ou Ø):**

SUBSEÇÃO I:

Titular	Suplente	Representação
Marcelo...	Maria...	DETRAN
Luiz...	Marcos...	BM
Ana...	Izabel...	AGM

SUBSEÇÃO II:

Titular	Suplente	Representação
Graciela...	Regina...	DETRAN
Sandra...	Jucelia...	BM
Silvana...	Marlene...	FAMURS

Registre-se e publique-se.

Figura 3 – Redação de documento oficial (nomeação)
 Fonte: Manual para uso não sexista da linguagem ³²

³² RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 85.

O exemplo apresentado na Figura 3 sugere uma alternativa de redação inclusiva para um documento oficial do Estado, pois as pessoas nomeadas são tanto do sexo feminino quanto do sexo masculino. Então, em vez de redigir “*os membros julgadores*” e “*os abaixo relacionados*”, o mais adequado seria substituir essas expressões, respectivamente, por “*as pessoas que irão julgar os recursos*” e “conforme segue” ou não fazer menção alguma à relação de nomes, finalizando o parágrafo apenas com os dois pontos indicadores da sequência textual.

Nota Fiscal Gaúcha	Nota Fiscal Gaúcha
<p>O programa Nota Fiscal Gaúcha visa incentivar os cidadãos a solicitar a inclusão do seu CPF na emissão do documento fiscal, no ato de suas compras, e conscientizá-los a respeito da importância social do tributo. Por meio dele, os cidadãos concorrem a prêmios de até R\$ 1 milhão. O primeiro sorteio ocorre em 27 de março.</p>	<p>O programa Nota Fiscal Gaúcha visa incentivar à cidadania a solicitar a inclusão do CPF na emissão do documento fiscal, no ato de suas compras, e conscientizá-la a respeito da importância social do tributo. Por meio dele, a cidadania concorre a prêmios de até R\$ 1 milhão. O primeiro sorteio ocorre em 27 de março.</p>
<p>Pelo programa, quando o cidadão se cadastra no site...</p>	<p>Pelo programa, quando a pessoa se cadastra no site...</p>

Figura 4 – Redação de documento oficial (Nota Fiscal Gaúcha)
 Fonte: Manual para uso não sexista da linguagem ³³

Na mesma lógica da Figura 3, a Figura 4 apresenta uma alternativa para a redação de um texto oficial, neste caso, referente à Nota Fiscal Gaúcha. Sugere-se a redação inclusiva com a utilização de gênero neutro “cidadania” e “a pessoa” em vez da marca unicamente masculina de gênero presente em “o(s) cidadão(s)”. Nota-se, portanto, que para utilizar linguagem inclusiva, mas evitar a repetição de palavras, adequando-as a ambos os gêneros, recurso que talvez possa tornar o texto cansativo aos olhos de quem lê, a alternativa mais adequada é a neutralidade representativa de ambos os sexos.

³³ RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 98.

Diante de todo conhecimento adquirido acerca do uso de linguagem inclusiva, a partir das dicas práticas, é possível desenvolver a competência para adaptar a redação de textos acadêmicos de modo a evitar o sexismo na linguagem, evidenciando pessoas de dois sexos envolvidas em pesquisas, ações, entre outros meios presentes em meio acadêmico.

Algumas dicas gerais para finalizar

É preciso muito cuidado para redigir textos de qualidade, que não sejam discriminatórios, e que possuam a formalidade adequada ao seu gênero textual (artigo científico, dissertação, tese, entre outros).

Para finalizar este documento, seguem algumas dicas práticas gerais para a redação de textos acadêmicos:

- ✓ Evite fugir do tema da pesquisa;
- ✓ Tenha clareza e objetividade;
- ✓ Consulte um dicionário sempre que necessário, a fim de evitar erros ortográficos;
- ✓ Evite utilizar clichês ou provérbios;
- ✓ Cuide para não generalizar ou radicalizar opiniões a partir de resultados de pesquisa específica;
- ✓ Evite ser redundante, ou seja, escrever muito sobre determinado assunto sem evoluir teoricamente;
- ✓ Utilize linguagem inclusiva sempre que necessário.

Por fim, lembre-se que você está escrevendo para outra pessoa, então escreva e revise seu texto pensando em seu leitor ou em sua leitora. Após finalizar seu texto, deixe-o “descansar”, dê uma “arejada” antes de fazer a revisão final e, se possível, peça para outra pessoa ler.

REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo, 1928 – **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme novo Acordo Ortográfico. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Nova minigramática da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. A argumentação talvez não seja o que parece ser. In: GIERING, Maria Eduarda; TEIXEIRA, Marlene. **Investigando a linguagem em uso**. São Leopoldo, Unisinos, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Tradução de Angela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado. 2. ed., 2. reimpr. São Paulo Contexto, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. Procedimentos da lógica argumentativa: modos de raciocínio. In: _____. **Linguagem e discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

FACULDADES EST. **Apresentação**. Disponível em: <<http://est.edu.br/institucional/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FACULDADES EST. **Instituto de Ética**. Disponível em: <<http://est.edu.br/conheca-a-est/etica/o-instituto>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

FACULDADES EST. Política de Justiça de Gênero. **Coisas do gênero**: Revista de estudos feministas em gênero e religião. São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 114-124, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero/article/view/2490/2344>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1997.

GIERING, Maria Eduarda; Veppo, Maria Helena Albé; MOURA, Adila Beatriz Naud de; GUEDES, Rosália. **Análise e produção de Textos**. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço; SEVERO, Cristine Gorski; "Sexismo e políticas linguísticas de gênero". In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine Gorski; GÖRSKI, Edair Maria. (Org). **Sociolinguística e Política Linguística**: olhares contemporâneos. São Paulo: Blucher, 2016.

MORENO, Cláudio; GUEDES, Paulo Coimbra. **Curso básico de redação**. Porto Alegre: Audipel, 1977. Adaptado por Prof.^a Dr.^a Sabrina Vier, Unisinos.

MOTTA, Caroline; SILVESTRIN, Jordana. **Política de Justiça de Gênero no Programa de Gênero e Religião da Faculdades EST**: um estudo de caso. Estudo de caso elaborado para o componente curricular "Seminário Avançado em Políticas Linguísticas no Brasil" do curso de Licenciatura em Letras da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2016.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela H. **Produção Textual na Universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Políticas para as mulheres. **Manual para o uso não sexista da linguagem**. O que bem se diz bem se entende. Rio Grande do Sul, 2014.

SANT'ANNA, Affonso de Romano. **Paródia, paráfrase & cia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

SARNEY, José. Presidente ou presidenta. **Academia Brasileira de Letras (ABL)**, 2010. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/artigos/presidenta-ou-presidente>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

SPOLSKY, Bernard. Para uma teoria de Políticas Linguísticas. Tradução de Paloma Petry. Revisão técnica de Pedro M. Garcez. **ReVEL**, vol. 14, n. 26, 2016.